



FACULDADE DO NORTE NOVO DE APUCARANA

A FLEXIBILIZAÇÃO DO DIREITO PENAL BRASILEIRO FRENTE À MACRODELINQUÊNCIA ECONÔMICA

Fabiana dos Santos Gonçalves
(Acadêmica do 8º Semestre do Curso de Direito da FACNOPAR)
Orientadora: Prof^a. Esp. Stella Maris Guergolet de Moura

O projeto em desenvolvimento visará à abordagem sobre a flexibilização do direito penal brasileiro frente à macrodelinquência econômica. O tema refere-se à corrupção, seja ela de qualquer esfera: política, pública, ambiental, tributária, socioeconômica, previdenciária e de consumo. O tema central do trabalho é tratar sobre a impunidade e o tratamento privilegiado conferido à macrodelinquência econômica, essa desigualdade em face ao direito penal brasileiro entre crimes do colarinho branco e aos crimes convencionais, conflita ao princípio da isonomia, aplicada teoricamente no Direito pela Constituição Federal de 1988 que expressa um tema de amplo questionamento sobre todos serem tratados de igual modo perante a Lei. É notório que para tais crimes a intervenção penal do Estado é mínima, porém, há infrações dessa macrocriminalidade que abrange proporções elevadas de cunho grave em relação ao prejuízo dos interesses coletivos, de caráter anti social, as sanções aplicadas a esse crime em espécie, qual seja, de proporções elevadas, devem ser privativa de liberdade como a pena mais adequada. O desequilíbrio do Direito Penal frente os crimes dessa esfera demonstra a inferioridade da tutela penal diante da criminalidade organizada, havendo a mínima representação processual do Estado em favor dos interesses coletivos. A realidade atual do Direito Penal no Brasil divide a sociedade sob duas espécies de pessoas: cidadão abaixo da persecução penal e cidadão acima da persecução penal, ou seja, a anulação da atuação dos entes estatais – Poder Legislativo e Judiciário quanto às normas expressas na Constituição para todos com igualdade. O Direito Penal, ao contrário dos demais, ao aplicar suas sanções, tem por objetivo coagir outros a não cometerem crimes, a corrupção que avança sobre a sociedade brasileira é o resultado da inércia da execução penal para crimes contra o sistema financeiro nacional. A cada grau de crescimento que o Brasil apresenta em desenvolvimento econômico, crescem também em paralelo, os crimes cometidos por delinquentes de colarinho branco por não haver de fato a execução penal, ou seja, tornam-se imputáveis em relação aos crimes que cometem. Os objetivos específicos que esperam-se que sejam atingidos são: localizar quem são os agentes que figuram no polo ativo do fato típico macrocriminalidade econômica/financeira e suas condições de agentes impunes frente ao poder do Estado. Será mencionado no trabalho, o referencial que a sociedade conhece do estereótipo de delinquente em relação ao perfil do criminoso do fato típico em estudo, como por exemplo, seu “status” socioeconômico, classe social, poder e a personalidade do delinquente de “colarinho branco”. O método de abordagem que será utilizado para o desenvolvimento do

trabalho será o dedutivo. Os métodos de procedimentos a ser utilizados para constituir a estrutura geral da pesquisa, serão: a) leis; b) doutrinas específicas; c) jurisprudências; d) artigos científicos; e) internet, entre outros. É importante mencionar o referencial teórico escolhido, que diante do tema em estudo e seus principais doutrinadores, as perspectivas que serão utilizadas são positivistas e neopositivistas, inicialmente, visto que durante a composição do mesmo poderá haver alterações que melhor satisfaça a pesquisa.

Palavras-chaves: macrodelinquência econômica; crime do colarinho branco; impunidade.